

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de MATERIAL ELÉTRICO, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento;

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Educação
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico – Registro de Preços, Decreto Federal nº: 10.024/2019 - Lei 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 599 de 03 de junho de 2020.
1.4	Prazo:	12 meses
1.5	Tipo:	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93;

2. DA AQUISIÇÃO

2.1 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o quantitativo para aquisição do mesmo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	U/C	QTDE
COTA EXCLUSIVA			
01	Benjamim p/ tomada duplo com saída XYZ	U	50
02	Abraçadeira TP copo de 3/4 com bucha e parafuso	U	500
03	Abraçadeira TP copo de ½ com bucha e parafuso	U	100
04	Abraçadeira De Nylon Preta Ou Branca 60 Cm - pacote c/100 Unidades	PCT	50
05	Abraçadeira De Nylon Preta Ou Branca 10 Cm - pacote c/100 Unidades	PCT	20
06	Abraçadeira De Nylon Preta Ou Branca 30 Cm - pacote c/100 Unidades	PCT	50
07	Automático de Nível para caixa d'água resistente a alta pressão COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO	U	100
08	Plafunierem plástico branco com bocal de louça (E-27)	U	200
09	Cabo Flex. 0,5mm com 100M - Antichama – Vermelho -COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.condutor de cobre	ROLO	5
10	Cabo flexível 0,5 mm – Antichama – Azul - COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO - Rolo com 100 mts.condutor de cobre	ROLO	5
11	Caixa para tomada sistema X com tampa e modulo tomada na cor branca com certificado do Inmetro10A	U	300
12	Canaleta semi aberta 30mm largura x50mm altura x2000mm comprimento c/ tampa branco plástico.	U	1000
13	Canaleta sistema x, com 2M com cola sem divisórias	U	1000



14	CX. QDL 16 circuito sobrepôr com dois barramento um para terra outro para neutro	U	50
15	Disjuntor padrão Nema 15A	U	15
16	Disjuntor padrão Trifásico Nema 50A	U	30
17	Disjuntor padrão Nema 20A	U	20
18	Disjuntor padrão Nema 25A	U	25
19	Disjuntor padrão Nema 30A	U	20
20	Disjuntor padrão DIM 25A	U	100
21	Disjuntor padrão Trifásico DIM 50A	U	60
22	Disjuntor padrão Bifásico DIM 40A	U	20
23	Disjuntor padrão Bifásico DIM 16A	U	20
24	Disjuntor padrão DIM 32A	U	100
25	Disjuntor padrão DIM 16A	U	40
26	Disjuntor padrão DIM 40A	U	30
27	Disjuntor padrão TRIFÁSICO NEMA 70A	U	06
28	Interruptor de ventilador Branco certificado do Inmetro	U	50
29	Filtro de linha multitomadas 5 entradas – 220V	U	100
30	Filtro de linha multitomadas 3 entradas – 220V	U	100
31	Fio Paralelo – 2,5mm (ROLO C/100M) com certificação do INMETRO/conductor de cobre	ROLO	20
32	Fio paralelo – 1,5mm (ROLO C/100M) com certificação do INMETRO/conductor de cobre	ROLO	10
33	Fio flexível 10mm ² com 100M - Anti-chama, 5 rolos na cor azul e 5 rolos na cor preto com certificação do INMETRO conductor de cobre	ROLO	10
34	Fio flexível 16 mm ² com 100M - Anti-chama, 5 rolos na cor azul e 5 rolos na cor preto com certificação do INMETRO conductor de cobre	ROLO	10
35	Fio flexível 25mm ² com 100M -Anti-chama,5 rolos na cor azul e 5 rolos na cor preto com certificação do INMETRO conductor de cobre	ROLO	10
36	Fio Cabo PP Elétrico Cobre 2 X 2,5mm Conductor: CobreCapa: Composto de PVCComposição: Cobre e PVCCondicionamento: Rolos de 100mCabo PP Redondo 500VAntichama (BWF-B). Normatizado: NBR NM-247-5INMETRO.	ROLO	50
37	Fio Cabo PP Elétrico Cobre 4 X 10mm Conductor: Cobre; Capa: Composto de PVCComposição: Cobre e PVCCondicionamento: Rolos de 100mCabo PP Redondo 500VAntichama (BWF-B). Normatizado: NBR NM-247-5INMETRO.	ROLO	10
38	Fio Cabo PP Elétrico Cobre 4 X 6mm Conductor: Cobre; Capa: Composto de PVCComposição: Cobre e PVCCondicionamento: Rolos de 100mCabo PP Redondo 500VAntichama (BWF-B). Normatizado: NBR NM-247-5INMETRO.	ROLO	10
39	Fio Cabo PP Elétrico Cobre 3 X 6mm Conductor: Cobre; Capa: Composto de PVC; Composição: Cobre e PVC; Acondicionamento: Rolos de 100mCabo PP Redondo 500VAntichama (BWF-B). Normatizado: NBR NM-247-5INMETRO.	ROLO	10
40	Fio Cabo PP Elétrico Cobre 3 X 10mm Conductor: Cobre; Capa:	ROLO	10



	Composto de PVC; Composição: Cobre e PVC; Acondicionamento: Rolos de 100mCabo PP Redondo 500VAntichama (BWF-B). Normatizado: NBR NM-247-5INMETRO.		
41	Fio Cabo PP Elétrico Cobre 3 X 2,5mm Condutor: Cobre; Capa: Composto de PVC; Composição: Cobre e PVC; Acondicionamento: Rolos de 100mCabo PP Redondo 500VAntichama (BWF-B). Normatizado: NBR NM-247-5INMETRO.	ROLO	20
42	Fita Isolante de Auto 19mmX 20MT – fusão Anti-chama - com certificação do INMETRO	ROLO	300
43	Fixa Fio – Pacote contendo 100 unidades - com certificação do INMETRO 8mm	PCT	10
44	Fixa Fio para elétrica pacote com 100 unidades com certificação do INMETRO 8mm	PCT	20
45	Porteiro residencial IPR 8000. Bivolt. Garantia de 1 ano. Abertura de até 02 portões.	U	130
46	Interruptor uma seção sistema X com certificação do INMETRO	U	100
47	Interruptor 2 teclas com placa e parafusos/com certificação do INMETRO	U	100
48	Interruptor 3 teclas com placa e parafusos/com certificação do INMETRO	U	100
49	Interruptor. Simples com placa e parafusos com certificação do INMETRO	U	100
50	Joelho externo de canaleta 20 x 10mm	U	150
51	Joelho Interno de canaleta 20 x 10 mm	U	150
52	Lâmpada de LED bulbo E27 branco frio, bivolt, 12 W ângulo de iluminação de no mínimo 160º, Luminosidade de 1000 Lumens, durabilidade de 35.000 horas em material plástico. (2 ANOS DE GARANTIA A PARTIR DA DATA DE ENTREGA) Com certificação do INMETRO	U	4500
53	Lâmpada LED TUBULAR T8 de 60 cm X 2,6 cm na cor branco frio, bivolt, consumo 10 W, ângulo de iluminação 180º, luminosidade 900 Lumens, durabilidade entre 50.000 e 80.000 horas, de material plástico transparente. (2 ANOS DE GARANTIA A PARTIR DA DATA DE ENTREGA) com certificação do INMETRO	U	500
54	Luminária sobrepor em teto para duas lâmpadas T8 tubular (somente led) de 1,20m 18w ou 20w. Corpo em chapa de aço tratada com acabamento em pintura eletrostática na cor branca. Altura 74 mm, largura 245mm e comprimento 1320mm.	U	500
55	Refletor de LED com 100w 2 ANOS DE GARANTIA A PARTIR DA DATA DE ENTREGA) com certificação do INMETRO	U	300
56	Passa Fio Aço 15M alma de aço.	U	20
57	Passa Fio Aço 20M alma de aço	U	20
58	Placa cega 4 x4 – Acompanha Bucha e parafusos	U	50
59	Placa cega 4 x 2 com furo - Acompanha Bucha e parafusos	U	50
60	Placa cega redonda 4 x 2 sem furo - Acompanha Bucha e parafusos	U	50
61	Placa cega redonda 4 x 4 sem furo - Acompanha Bucha e parafusos	U	50
62	Relé Fotocélula 220v com Suporte 4 Fios com certificação do INMETRO	U	150



63	Sensor iluminação sobrepor parede c/fotocélula. Certificação do INMETRO. 02 anos de garantia após a entrega. 3 níveis de sensibilidade, Cobertura com ângulo de 360° e Alcance de 15m	U	200
64	Sensor Presença Infravermelho E27 Lâmpadas Comuns E Led Fotocélula	U	500
65	Soquete anti-vibratório p/ lâmpada fluorescente sem parafuso com certificação do INMETRO	U	1000
66	Terminal p/ fios e cabos elétricos isolados Splitz Bolt 25 mm	U	100
67	Terminal tipo split bolt p/c 16mm	U	100
68	Tomada interna de 20A branco com certificado do INMETRO	U	200
69	Tomada de Sobrepor 20A branco com certificado do INMETRO	U	100
70	Tomada 2P + T com espelho - Acompanha Bucha e parafusos Com certificação do INMETRO	U	500
71	Tubo Condulete PVC 3/4 c/ 3 metros, certificado pelo INMETRO cor cinza.	U	600
72	Luva lisa PVC eletroduto Condulete cinza, c/ certificação do INMETRO	U	200
73	Curva 90º lisa PVC Eletroduto Condulete Cinza	U	200
74	Conector/adaptador sem rosca para condulete PVC 3/4 Cinza, c/ certificação do INMETRO	U	500
75	Caixa múltipla 4x2 condulete sem rosca Cinza c/ certificação do INMETRO	U	250
76	Parafuso Agulha Preto 3,5x 45mm Chata Philips aço carbono autoperfurante cx c/ 1000 unidades.	CX	10
77	Parafuso Agulha Preto 3,5x25mm Chata Philips aço carbono autoperfurante cx c/ 1000 unidades.	CX	10
78	Caixa múltipla 4x2 PVC sem rosca c/ certificação do INMETRO.	U	200
79	Tubo corrugado/Anti-chama de ¾ rolo com 50 m NBR 15465	ROLO	50
80	Interruptor. Simples com placa e parafusos com certificação do INMETRO	U	50
81	Interruptor Simples conjugado com tomada com placa e parafusos com certificação do INMETRO	U	150
82	Fio Cabo PP Elétrico Cobre 2 X 1,5mm Condutor: Cobre Capa: Composto de PVC Composição: Cobre e PVC Acondicionamento: Rolos de 100m Cabo PP Redondo 500V Antichama (BWF-B). Normatizado: NBR NM-247-5 INMETRO	U	30
83	Fio Cabo PP Elétrico Cobre 3 X 1,5mm Condutor: Cobre Capa: Composto de PVC Composição: Cobre e PVC Acondicionamento: Rolos de 100m Cabo PP Redondo 500V Antichama (BWF-B). Normatizado: NBR NM-247-5 INMETRO	U	20
84	Fio flexível 1,5mm cor azul com 100M - Anti-chama, com certificação do INMETRO condutor de cobre	U	20
85	Fio flexível 1,5mm cor branco com 100M - Anti-chama, com certificação do INMETRO condutor de cobre	U	20
86	Fio flexível 6mm cor azul com 100M - Anti-chama, com certificação do INMETRO condutor de cobre	U	25
87	Fio flexível 6mm cor branco com 100M - Anti-chama, com certificação do INMETRO condutor de cobre	U	25

88	Interruptor duas seções sistema X com certificação do INMETRO	U	50
89	Interruptor paralelo (threeway) com placa e parafusos com certificação do INMETRO	U	30
COTA RESERVADA			
90	Lâmpada LED TUBULAR T8 de 120 cm de comprimento X 2.8 cm na cor branco frio, bivolt com certificação do INMETRO e 20W de potência, ângulo de iluminação de 180º, durabilidade de 50.000 a 80.000 horas, luminosidade de no mínimo 1500 Lumens em plástico transparente. (2 ANOS DE GARANTIA A PARTIR DA DATA DE ENTREGA)	U	2000
COTA PRINCIPAL			
91	Lâmpada LED TUBULAR T8 de 120 cm de comprimento X 2.8 cm na cor branco frio, bivolt com certificação do INMETRO e 20W de potência, ângulo de iluminação de 180º, durabilidade de 50.000 a 80.000 horas, luminosidade de no mínimo 1500 Lumens em plástico transparente. (2 ANOS DE GARANTIA A PARTIR DA DATA DE ENTREGA)	U	6000

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 Com o escopo de promover uma educação de qualidade aos alunos da Rede Municipal de Ensino e de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil, o Município, entidade pertencente à Administração Pública Direta, tem o dever de garantir e prover uma educação de qualidade aos seus usuários.

Desta forma, todo aluno de escola pública tem direito a frequentar uma unidade escolar com condições mínimas de infraestrutura em cumprimento aos ditames e princípios constitucionais.

Ademais, a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que dita as normas da Educação Brasileira, em seu artigo 4º, item VIII, aponta que “O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.”

A aquisição de MATERIAL ELÉTRICO se dá de forma a corroborar o acima exposto, pois é impossível a realização de pequenos reparos sem o material necessário, visto que a equipe de profissionais do setor de infraestrutura atende à demanda de todas as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

Tal aquisição será procedida via **PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS**.

A presente aquisição versa também em manter um estoque mínimo no Almoxarifado da Educação para atendimento de situações excepcionais.

4 .DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Não poderão concorrer neste certame às sociedades empresariais e empresários que se enquadrarem nas seguintes situações:

- 4.1.1 Suspensos temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta, nos termos do inciso III, do artigo 87, da Lei Federal 8.666/93, ou do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02;
- 4.1.2 Impedidos de participar da licitação, nos termos do inciso IV, do art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;
- 4.1.3 Na forma de cooperativas ou em consórcio de empresas ou grupos de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição;
- 4.1.4 Sociedades empresariais que estiverem em concordata, em recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial.
- 4.1.5 Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico- financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico- financeira.
- 4.1.6 Sociedade empresária ou empresário proibido de contratar como Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, §8º,V, da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais);
- 4.1.7 Empresário ou sociedade empresária cujos sócios majoritários, nos termos do art. 12, inciso III, da Lei nº 8.429/92, estiverem proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica (Lei da Improbidade Administrativa);

- 4.1.8 Que incorrerem em quaisquer das situações previstas nos incisos I, II e III do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 4.1.9 Entende-se por “participação indireta” a que alude o artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 a participação no certame da empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importado o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;
- 4.1.10 Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.
- 4.1.11 Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 4.1.12 Será considerado comportamento inidôneo, o comparecimento na licitação do interessado que se apresente para participar do procedimento licitatório e esteja enquadrado nas hipóteses dos impedimentos e vedações aqui elencados.

5 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1 A despesa decorrente da aquisição dos bens descritos no presente Termo de Referência ocorrerá por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho especificado a seguir:

5.1.1	Elemento de Despesa:	339030-43
5.1.2	Fonte de Recurso:	01, 03 e 29
		22002.1236100542.140
5.1.3	Programa de Trabalho:	22003.1236500642.160
		22004.1236500732.177

- 5.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
CNPJ: 28.606.630/0001-23
ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO,
NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.

6 DA APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGO DE PRODUTOS

6.1 Da mesma forma que a descrição do objeto, por mais necessidade ou cuidado, deve ser necessário a cautela, muitas vezes para garantir uma boa aquisição, controle, qualidade, funcionalidade, durabilidade e desempenho do produto, testes de verificação etc. Torna-se imprescindível a exigência **do catálogo digital de produtos** de todos os itens e a todos os licitantes no momento do pregão com o fito de garantir as informações contidas nas especificações do edital.

6.2 O setor de **INFRAESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, analisará o catálogo de produtos ofertados a fim de confirmar a sua qualidade, verificando as especificações, no que se refere desempenho, qualidade dos itens constantes na descrição do objeto, visando ao atendimento do interesse do órgão solicitante, prevalecendo os requisitos exigidos no edital. Torna-se imprescindível a exigência do catálogo para análise, tanto no aspecto visual, avaliação da especificação técnica que será analisada pela equipe de Infraestrutura da Secretaria Municipal de Educação.

6.3 A área técnica comunicará ao Pregoeiro se os produtos, por meio do catálogo, foram aprovados ou não. Caso não seja aprovado, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente.

6.4 Os catálogos de produtos deverão ser encaminhadas no final do certame para o setor responsável devidamente identificados com o nome do licitante, conter informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e sua marca.

7 DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

7.1 O fornecimento será efetuado de forma imediata, não superior a 30 (trinta) dias após a data de entrega da Nota de Empenho, acompanhado da Solicitação de Fornecimento (Anexo VII do Manual de Procedimentos do Município), no endereço abaixo.

ALMOXARIFADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Rua Herculano Gomes da Silva, nº. 201 - Cep: 28630220 - Km 03 - Córrego D'Antas -

Nova Friburgo - RJ.

HORÁRIO DE ENTREGA: De segunda à quinta-feira, das 07:00 às 14 horas.

- 7.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- 7.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 7.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;
- 7.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 7.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8 DA LIQUIDAÇÃO

- 8.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313/2019 de 10 de outubro de 2019.

9 DO PAGAMENTO

- 9.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 e Decreto nº 313/2019 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:
- Negativa de Débitos Trabalhistas;

- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

9.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

9.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

10.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3 Atestar as notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

10.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

10.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

10.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

10.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidores especialmente designados;

10.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

10.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.4. Comunicar à Contratante, com antecedência mínima de 24 h (vinte e quatro horas) a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.6. Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Educação para representá-la na execução do Contrato;

10.7. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

10.8. Fornecer o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

10.9. Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria Municipal de Educação.

10.10. Responsabilizar-se, por qualquer adulteração do material a ser entregue, mesmo que ainda não se faça a análise imediata do produto na hora da entrega.

12 MEDIDAS ACAUTELADORAS

12.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

13 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos e sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não havendo prejuízo à execução do objeto pactuado e a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14 DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição será exercido por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução da compra, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

14.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
------	-----------	-----------------

Miguel Ângelo Bueno Fernandes	116275	Gestor titular
Márcia Irene Warol Klein dos Santos	105571	Gestor substituto
Fernando Samuel de Lima	107445	Fiscal titular
Gustavo da Silva da Martins	105872	Fiscal substituto

14.3 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

14.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15 DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

15.1 O presente documento foi elaborado pelo gestor e responsável técnico da Secretaria Municipal de Educação, que se responsabiliza por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

15.1.1 Comete infração administrativa à contratada que:

- Não assinar a ata ou aceitar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;

- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não manter a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

16.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

16.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

16.3.1 Advertência;

16.3.2 Multa:

15.3.2.1 Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

15.3.2.2 Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

15.3.2.3 Moratórias no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

15.3.2.4 Moratórias no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

16.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

16.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o

contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

16.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

16.5 As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

16.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

17 DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

18 DA RESCISÃO

18.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Educação o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

18.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão da contratação:

18.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Educação.

18.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Educação.

18.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80 da Lei n.º 8.666/93.

Nova Friburgo, 17 outubro de 2022.

Responsáveis pela elaboração:

Miguel Angelo Bueno Fernandes

Matrícula nº116275

Apoio Técnico:

Fernando Samuel de Lima

Matrícula nº107445

De acordo:

Carlos Veiga da Rocha
Subsecretário Administrativo
Secretaria Municipal de Educação
Mat.: 990256